



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0003485-18.2012.2.00.0000**Requerente:** Ignacio de Holanda Cavalcanti Pacheco de Aragão**Requerido:** Tribunal Regional Federal 2ª Região

EMENDA

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. ILEGALIDADES APONTADAS EM PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. INTERESSE MERAMENTE INDIVIDUAL. DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIAL AINDA EM CURSO. JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA. INCOMPETÊNCIA DESTE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES.

1. Não se insere dentre as competências deste Conselho Nacional de Justiça a análise de pedidos que não ostentam interesse geral para o Poder Judiciário, independentemente do direito subjetivo discutido.
2. Conforme entendimento reiterado desta Casa, não se afigura possível a apreciação simultânea de uma mesma questão pelo órgão administrativo local ou pelo Poder Judiciário e por este Conselho Nacional de Justiça, em virtude da possibilidade concreta da prolatação de decisões conflitantes, em absoluto desprestígio da segurança jurídica.
3. Procedimento de Controle Administrativo julgado improcedente.

RELATÓRIO

Cuida-se de Procedimentos de Controle Administrativo requeridos por Ignácio de Holanda Cavalcanti Pacheco de Aragão, oficial de justiça do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF/2), com vistas a, originalmente, anular os efeitos de decisões administrativas proferidas nos Procedimentos Disciplinares nº 2008/0006 (renumerado para 2011.02.01.000947-9) e nº 2009/0010 (renumerado para 2011.02.01.012243-0), instaurados para a apuração de desídia, que culminaram com sua demissão.

Alega que ambos os procedimentos estão eivados de irregularidades, consubstanciadas no descumprimento de diversos princípios constitucionais e determinações legais que cercearam seu direito de defesa e contaminaram a legalidade do ato praticado.

Aduz, em síntese:

- 1) que as infrações disciplinares a ele imputadas, individualmente cominadas com pena de advertência foram desmembradas em procedimentos diferentes para justificar a imposição da pena máxima;
- 2) que as comissões instauradas não foram compostas por servidores estáveis, como determina a Lei nº 8.112/90, mas apenas por magistrados; e
- 3) que um dos participantes das comissões processantes, apesar de ter se declarado suspeito por ser o próprio autor da representação contra o ora requerente, continuou a atuar no feito, inclusive praticando atos decisórios.

Ampara sua tese em precedente do Superior Tribunal de Justiça, que, ao se debruçar sobre essa mesma temática, por ocasião do julgamento do Mandado de segurança nº 7181/DF, posicionou-se no sentido de que a ausência de apreciação, de maneira injustificada, de questão preliminar levantada pelo servidor quanto à suspeição e impedimento de integrante da comissão disciplinar enseja a anulação do processo.

Requer, em liminar, a suspensão dos efeitos dos atos administrativos proferidos nos mencionados procedimentos administrativos, que redundaram na aplicação da pena de demissão, bem como a manutenção dos seus vencimentos, em virtude de sua natureza alimentar.

Por reputar fundamental a manifestação do TRF/2 a respeito dos fatos narrados na inicial antes de decidir acerca do pedido liminar, determinei sua intimação *ad cautelam*[1], tendo esse negado veementemente o malferimento dos princípios e regras constitucionais apontados, bem como a ilegalidade dos atos realizados no bojo dos procedimentos administrativos instaurados em desfavor do requerente[2].

Considerados presentes os requisitos autorizados da concessão da medida de urgência, foi deferida a liminar pleiteada, para suspender todos os atos administrativos concernentes à aplicação da pena de demissão ao requerente, bem como mantidos os seus vencimentos, em virtude do caráter alimentar da referida verba[3].

É o Relatório.

VOTO

Melhor analisando o feito, percebi que dele não se extrai o necessário interesse geral, exigido pelo Regimento Interno desta Casa, uma vez que objetiva apenas a solução de um problema particular do requerente.

Ocorre que, segundo posicionamento consolidado por este Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas aqueles procedimentos cuja própria natureza torna prescindível o mencionado requisito - como os disciplinares, por exemplo - ficam dispensados de sua demonstração *ab initio*, remanescendo sua exigência como condição de cognoscibilidade para todos os demais feitos.

É que a atuação constitucional do CNJ visa, na verdade, ao interesse coletivo do Poder Judiciário e de toda a sociedade, não sendo este Conselho mera instância recursal ou originária para questões administrativas, de caráter individual, nem tampouco órgão de consulta, apto a responder a situações concretas vivenciadas pelos postulantes.

Com efeito, o art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, ao lhe conferir competência para "o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes", não lhe concedeu atribuição para decidir sobre questões de natureza meramente particular.

Mesmo porque, a afirmação de sua competência como mera instância ordinária de análise ou revisão de pretensões particulares inviabilizaria a realização das mais importantes atividades cometidas ao órgão pelo art. 103-B da Constituição Federal.

Na esteira desse raciocínio já se manifestou diversas vezes o Plenário desta Casa, consoante se pode observar dos seguintes precedentes:

"CONCURSO PÚBLICO. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. INTERESSE MERAMENTE INDIVIDUAL. [...]

- Não se conhece de pedido de natureza meramente individual, independentemente do direito subjetivo, que deve ser submetido à apreciação jurisdicional (Precedentes do CNJ: PCA 197, PP 9867 e PCA 573). [...] (PCA 200810000012457, Rel. Cons. Paulo Lôbo, julgado em 21/10/2008)

"PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - DESIGNAÇÃO DE CONCURSADO COMO OFICIAL REGISTRADOR - QUESTÃO INDIVIDUAL - NÃO CONHECIMENTO

I. Considera-se questão de natureza individual sem repercussão geral para o poder judiciário como um todo o pleito em que candidato insurge-se contra alegada omissão da Corte de origem em nomeá-lo para delegação de serventia extrajudicial, não se inserindo

na hipótese de controle estatuída pelo comando do art. 103-B, §4º, da CF/88. Precedentes (PCA 8395; PPs 248, 808, 1310, 1427).

II. *Pedido de providências a que não se conhece.*" (PP 200810000019130, Rel. Cons. Jorge Antonio Maurique, julgado em 7/10/2008)

"A questão formulada pela autora, a toda evidência, refere-se ao seu caso concreto. Não se trata, portanto, de consulta em tese nem controle de legalidade de ato administrativo a demandar a intervenção deste Conselho. Ademais, tratando-se de interesse individual que não transcende essa esfera nem encontra repercussão geral no Poder Judiciário, já é firme o entendimento do Colegiado do CNJ pelo não conhecimento de provocações dessa natureza." (PP 1310, Rel. Cons. Paulo Schmidt, julgado em 17/1/2006)

"Recurso Administrativo. Oficial de Justiça. Exercício em caráter precário. Exoneração. Controle do ato. Natureza eminentemente individual.

I) *A competência do CNJ para o exame da legalidade de atos administrativos emanados de órgãos do Poder Judiciário deve ser lida no contexto de suas demais missões institucionais, em especial o planejamento estratégico do Poder Judiciário.*

II) ***Não cabe ao CNJ o exame de pretensões que ostentem natureza eminentemente individual, desprovidas de interesse geral para o Poder Judiciário em âmbito nacional ou para a sociedade.***

III) *Recurso Administrativo em Pedido de Providências de que se conhece.*" (PCA 2008100000033473 – Rel. Cons. João Oreste Dalazen – DJU 07.04.2009).

Além disso, a dicção constitucional que atribui ao Supremo Tribunal Federal competência originária para rever os atos praticados por este Conselho Nacional de Justiça (art. 102, I, "r"), impõe cautela e comedimento, pena de se banalizar a jurisdição da Corte Suprema da nação com o controle de atos revestidos de impacto estritamente individual e sem qualquer relevância para a organização ou o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro.

Na espécie, portanto, o procedimento instaurado não observa os parâmetros definidos nos mencionados precedentes deste Conselho.

E nem se alegue que a exigência de repercussão geral em PCA representaria negativa de jurisdição administrativa e, conseqüente, o risco de perpetuação de alegada ilegalidade do ato administrativo praticado pelo TRF/2ª, pois ainda restará ao ora Requerente o esgotamento das vias administrativas e, se for o caso, a busca da via judicial própria para apreciação de seu pleito.

Ademais, não se pode olvidar que, *in casu*, a admissão do presente PCA representaria verdadeira revisão de procedimento disciplinar de servidor, não admitido pelo regimento desta Casa, que só prevê revisão disciplinar de processos que envolvam juízes e membros dos Tribunais (art. 82, *caput* do RICNJ).

Por outro lado, ainda que se pudesse superar esse óbice em atenção à relevância dos fatos noticiados pelo postulante, a questão ora apreciada, conforme constatado dos autos, ainda se encontra em análise pelo órgão administrativo local[4], além de estar sendo discutida judicialmente[5] em pelo menos um procedimento[6] e de já ter tido parte de seu objeto definitivamente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso em Mandado de Segurança nº 34.004/RJ[7].

Nesse sentido, não se afigura igualmente possível a apreciação simultânea de uma mesma questão pelo órgão administrativo local ou pelo Poder Judiciário e por este Conselho Nacional de Justiça, em virtude da possibilidade concreta da prolatação de decisões conflitantes, em absoluto desprestígio da segurança jurídica.

Na esteira desse raciocínio também já se manifestou o Plenário desta Casa em diversas oportunidades, conforme se pode depreender dos seguintes julgados:

"TJBA - MAGISTRADO EXARA PORTARIA 001/2007 - VEDAÇÃO PRODUÇÃO PROVA DOCUMENTAL PROCESSOS - APRESENTAÇÃO MEIO DIGITAL - INVOCÇÃO LEI N. 11419/2006 - ALEGAÇÕES - PORTARIA VIOLA PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - REQUER ANULAÇÃO PORTARIA.

Recurso Administrativo no Pedido de Providências. Matéria judicializada pela própria requerente, por meio de Mandado de Segurança. Segundo entendimento pacificado por este Conselho Nacional de Justiça, uma vez judicializada a questão, não cabe ao CNJ examiná-la, sob pena de, por vias transversas, imprimir ineficácia à decisão judicial ou esvaziar seu objeto. Recurso a que se nega provimento. (PP 2956, Rel. Cons. Felipe Locke Cavalcanti).

"CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA. SUSPENSÃO DE ATOS DE NOMEAÇÃO E POSSE DE CANDIDATOS SUB JUDICE. LEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA JUDICIALIZADA.

1. Procedimento de Controle Administrativo em que se pede seja determinada ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a não-nomeação e posse de candidatos a concurso público para ingresso na carreira da magistratura sub judice em Mandados de Segurança.

(...).

4. Igualmente, não compete ao Conselho Nacional de Justiça apreciar Procedimento de Controle Administrativo cujo objeto conflite com os efeitos de decisão judicial referente a ação anteriormente proposta. Se anteriormente judicializada a matéria, o CNJ não pode examinar a questão na esfera administrativa, a bem de prestigiar-se a segurança jurídica, evitar-se interferência na atividade jurisdicional do Estado e afastar-se o risco de decisões conflitantes.

5. Procedimento de Controle Administrativo de que não se conhece, resultando prejudicado o Pedido de Reconsideração apresentado em face da decisão que indeferiu pedido de liminar." (PCA 344, Cons. Rel. Min. João Oreste Dalazen)

Destarte, tanto sob a ótica da ausência de interesse geral da matéria ora submetida à apreciação desta Casa quanto da existência de procedimentos administrativos e judiciais ainda em curso, este CNJ não detém competência para analisar a questão que ora lhe é posta, sob pena de ultrapassar os limites impostos pelo comando constitucional do § 4º do art. 103-B, segundo o qual a ele compete apenas o "controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes".

Com essas considerações, julgo improcedentes os pedidos formulados no PCA nº 3485-18 e nº 3487-85 e revogo as liminares anteriormente concedidas.

Após intimadas as partes, remetam-se os autos ao arquivo.

É como voto.

[1] Evento 5

[2] Eventos 9 e 10 do PCA nº 3485-18 e Eventos 19 e 20 do PCA nº 3487-85

[3] Eventos 15 e 39 do PCA nº 3485-18 e Evento 25 do PCA nº 3487-85

[4] http://www.trf2.jus.br/Paginas/Resultado.aspx?Content=4CA46B7382EE606F13660929B39F965E%3fautor%3dIGNACIO+DE+HOLANDA+CAVALCANTI+PACHECO+DE+ARAGAO++&andam=1&tipo_consulta=1&mov=3#

[5] Eventos 70 (INF51), 62 (INF45) e 61 (INF44) do PCA nº 3485-18 e Eventos 54 (INF49), 50 (INF44) e 49 (INF43) do PCA nº 3487-85

[6] Na Ação Ordinária nº 29183-162012.4.01.3400, uma vez que o pedido de desistência formulado pelo requerente não foi decidido pela 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que já havia declinado de sua competência para a 4ª Vara Federal/DF

[7] Evento 62 (INF45) do PCA nº 3485-18 e Evento 50 (INF44) do PCA nº 3487-85

BRUNO DANTAS
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por BRUNO DANTAS em 01 de Novembro de 2012 às 18:49:40

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash: da0c8d1606298359ed5fdebc6b715675



Assinado eletronicamente por: Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 684026



12111316160200000000000683318

